

# Apresentação do dossiê


## *Dois tempos, três mundos: a problemática missionária no contexto colonial português*

LUÍS LEAL\* | JOÃO FRANCISCO PEREIRA \*\* | PEDRO SILVA REI\*\*\*



\* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal  
 <https://orcid.org/0000-0002-9938-2939>  
lleal@ucp.pt

\*\* Universidade Nova de Lisboa, CFE-História, Territórios e Comunidades, Portugal  
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal  
 <https://orcid.org/0000-0002-8684-8779>  
jfpereira@ucp.pt

\*\*\* Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal  
Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea, Portugal  
 <https://orcid.org/0000-0003-2486-6872>  
prei@ucp.pt

No contexto das celebrações dos cinquenta anos do 25 de Abril de 1974, o Centro de Estudos de História Religiosa, procurando aprofundar o debate em torno dessa efeméride, lançou, em 2021, um projeto de investigação cujo objetivo consiste em fazer um balanço historiográfico e aprofundar a reflexão sobre os processos de democratização do país e da sociedade portuguesa, perspetivando-os com a mudança de paradigmas eclesiais e teológicos à data emergentes no panorama religioso. Ao convocar novas pistas de investigação, entretanto desenvolvidas, no âmbito do projeto mencionado, o CEHR tem realizado mensalmente o Seminário «Cidadania, democracia e reformismo» (2022-2026), por forma a dar continuidade à partilha de ideias entre diferentes gerações de investigadores que fazem da revolução portuguesa, e das dinâmicas de continuidade e rutura que lhe são inerentes, o seu objeto de trabalho.

Entre os diversos aspetos abordados a problemática missionária no contexto colonial português, e a guerra que desde 1961 condicionava aquela atividade, emerge como ponto nodal para perceber as dinâmicas de desajustamento e reajustamento de alguns dos sectores do catolicismo face ao regime ditatorial. Na análise crítica desse contexto, situações e acontecimentos, interessa considerar a multiplicidade de ângulos de estudo, obrigando-nos a observar a diversidade de

posições, os diferentes atores, e as razões dos antagonismos que sustentaram os distintos afrontamentos.

Se os efeitos dos movimentos descolonizadores nos impérios europeus e da segunda vaga democratizadora começaram a afetar o regime de Salazar nas suas possessões asiáticas ainda na década de 1950, tudo se aceleraria no decénio seguinte com o estalar das três frentes de guerra em África. De 1961 em diante, em Angola, primeiro, e pouco depois na Guiné e em Moçambique, as posições do Estado Novo associaram a evolução da guerra colonial e a situação interna do próprio regime político. Cruzada com outras dinâmicas de transformação da sociedade portuguesa, a guerra colonial, em si e nas suas implicações, acentuou o distanciamento entre setores do catolicismo e o regime político português, colocando a problemática missionária sob um novo enfoque, ao estimular, inclusive, o escalar de tensões nas comunidades e movimentos eclesiais existentes nos territórios africanos, em virtude das suas articulações nos planos nacional e supranacional.

Mesmo se convergindo nela distintas motivações, no quadro mais lato do universo católico romano, tal problemática não pode ser dissociada do modo como a Igreja lidava e se posicionava em relação aos demais processos de descolonização que, desde meados dos anos 50, ocorriam com particular incidência nas sociedades africanas. Na medida em que muitos dos processos de desfasamento vivido por alguns católicos em relação ao sucedido em África foram também delimitados pela política missionária da Santa Sé que, pelo menos desde a publicação da encíclica *Fidei donum* (1957), reafirmava a valorização do protagonismo do clero autóctone, a par da corresponsabilidade e cooperação eclesial à escala universal através do envio de missionários estrangeiros para territórios de missão africanos e latino-americanos. Isto, sem esquecer o impacto da promulgação do decreto *Ad gentes* (1965) sobre a atividade missionária da Igreja no quadro da eclesiologia conciliar, ou, ainda, a atenção dada pela diplomacia vaticana às geografias do denominado Terceiro-Mundo, e de que as visitas de Paulo VI à Índia (1964), à Colômbia (1968) e ao Uganda (1969) são exemplo expressivo.

Longe de se circunscrever ao perímetro ideológico, os processos de descolonização considerados na sua dimensão política foram também religiosos, pelo papel desempenhado pelas Igrejas e pelos crentes, constituindo-se como lugares de redefinição e de relativização da «ação missionária» em geral e, nomeadamente, portuguesa. Os fatores que marcaram as descolonizações impuseram significativas implicações no papel das Igrejas nas sociedades pós-coloniais e no modo, como as Igrejas nesse outro contexto – fruto da complexa missionação contemporânea – se tornariam por ricochete em agentes de missionação nas sociedades ocidentais. Essas consequências favoreceram o surgimento de novas comunidades e agentes nas antigas sociedades de origem dos missionários, contribuindo para os debates

teológicos e, de modo mais alargado, para o desenvolvimento de outras formas de cristianismos. No caso específico do catolicismo emerge uma perceção mais ampla que procura, ainda que com diversas formas de resistência e mesmo contestação, incorporar a diversidade de expressões e entendimentos dessas Igrejas e comunidades mais recentes.

De outro modo, muitos destes acontecimentos implicaram e proporcionaram a perceção de novas fronteiras do religioso, entre o Cristianismo e o Islão, como também de concorrência entre distintas confissões cristãs. Esta complexidade foi acompanhada pela educação e formação nas missões de muitos líderes independentistas, pela participação ativa de líderes religiosos nos movimentos de libertação, e pelo posicionamento das diferentes organizações religiosas em defesa de distintas legitimidades no afrontamento do binómio colonialismo-descolonização, não escamoteando, também, a instrumentalização política das Igrejas cristãs nas descolonizações.

No caso específico português, a situação de guerra e a progressiva contestação que a mesma potenciou foram fatores marcantes e conducentes ao 25 de Abril, agindo como instauradores de um tempo de rutura na sociedade portuguesa. Se, por um lado, a guerra em África punha em evidência o conflito de paradigmas sobre o país e sobre a religião, por outro, as dinâmicas de descolonização que lhe sucedem, dizem tanto de uma exigência ética como do esgotamento de um determinado modelo nacional, ancorado na ideia de uma «nação pluricontinental» e de um «império católico». Em jogo estava, também, o confronto sobre a «essência da portugalidade», cujo questionamento e reformulação de imaginários da «tradição nacional» provocaram o surgimento de novos paradigmas de um existir coletivo enquanto comunidade sociopolítica.

Em concreto, o presente número da Revista *Lusitania Sacra* pretende fazer luz no debate sobre os posicionamentos de correntes e grupos religiosos acerca do entendimento da missão contemporânea, em face das dinâmicas de desenvolvimento e dos processos de colonização/descolonização, ocorridos desde o final da II Guerra Mundial até meados da década de 1970, no caso português marcado pelo desencadear de uma guerra colonial, em três teatros de operação, ao longo de 13 anos. O título ganha, assim, expressividade: *Dois tempos, três mundos: a problemática missionária no contexto colonial português*. Dois tempos: antes e depois do II Concílio do Vaticano (1962-1965), antes e depois do 25 de Abril de 1974. Três mundos, sublinhando-se a emergência do chamado “Terceiro Mundo”, por contraposição ao mundo “desenvolvido” do Ocidente e do Leste, em situação de “guerra fria”, divididos por sistemas ideológicos e sociais, blocos económicos e militares, que a sul disputavam fronteiras, na procura do alargamento das suas esferas de influência respetiva.

Na edição agora em mãos reúne-se assim um conjunto de quatro intervenções de diferentes autores proferidas no Seminário acima referido, às quais se somam dois outros artigos e três notas de investigação, todos eles sujeitos a revisão sob o procedimento de *double blind peer review*.

A iniciar o dossiê, encontramos o texto *Abertura e bloqueio em discursos públicos conflitantes (Portugal, 1961-1974)*, da autoria de José Miguel Sardica. Considerando as «origens e pré-dinâmicas» do 25 de Abril de 1974 desenvolvidas no quadro das diversas transformações ocorridas em Portugal na fase final do Estado Novo, o autor detém-se sobre a problemática da «abertura e bloqueio em discursos públicos conflitantes» (pp. 21-55) proferidos entre 1961-1974. No intuito de ensaiar uma «pequena história política, social e intelectual das origens do 25 de Abril» (p. 54), o autor tem como objetivo compreender o modo como as transformações socioeconómicas, demográficas, culturais, políticas, institucionais e geoestratégicas verificadas na década de 1960 e nos primeiros anos de 1970 concorreram para a rutura verificada em abril de 1974. Depois de caracterizar a progressiva crise do regime após 1961, convida-nos a analisar «diversas tomadas de posição e discursos sobre a vida nacional» (p. 24) nessa altura emergentes, e que se posicionavam de forma oscilante diante da crise do regime, balançando «entre a esperança de abertura, a denúncia do bloqueio e a tentativa de soluções» (p. 24). Acompanhando, então, as sensibilidades discursivas de dez individualidades e grupos, o autor analisa o seu discurso, agrupando-os em quatro categorias-chave: as vozes que dentro do regime assumem uma via reformista, na linha da «renovação na continuidade» (p. 38); aquelas que, por seu turno, pretendiam uma «evolução na continuidade» (p. 41), advogando uma liberalização do regime; outras que, no campo da oposição política não comunista, pugnavam pela «democratização da república» (p. 43); e, por fim, as vozes provenientes da «resistência católica», que se posicionavam criticamente diante do regime, em virtude de uma «procurada consciencialização sociomoral» (p. 45). No fim, o autor apresenta o que denomina de «representações, sentimentos e impulsos» (p. 24) que os diferentes discursos e intervenções analisadas «transmitiram no Portugal do tempo» (p. 24), visando, através desse exercício, definir «essencialidades temáticas e vocábulos-chave, vislumbrando aproximações e ligações discursivas, como linhas e correntes de pensamento convergente, suas interinfluências e impactos pretendidos» (pp. 37-38). Embora reconhecendo os limites do exercício proposto, – mais do que a defesa da tese de que a linguagem por si é criadora da realidade histórica envolvente –, o autor postula que a mesma, ao refletir distintos modos de interpretar o mundo sobre o qual se pretende agir, torna-se «um elemento histórico muito importante, um entre uma enorme multiplicidade de ângulos hermenêuticos e de materiais

heurísticos através dos quais é possível estudar o complexo trânsito do antigo regime (português estado-novista) à revolução» (p. 38).

O designado “caso da Capela do Rato”, ocorrido na transição de 1972 para 1973, deu maior visibilidade ao progressivo afastamento, crítica e oposição de alguns setores do catolicismo português relativamente ao Estado Novo, motivados, sobretudo, pela problemática levantada pela guerra colonial. Esse afastamento, progressivo e multifacetado, evidenciava o crescente isolamento do regime bem como o esboroar da propalada frente nacional engendrada nos seus começos. Para essa tomada de consciência foi importante a celebração do Segundo Concílio do Vaticano e, sobretudo, a reflexão dele emanada. Há, de facto, um antes e um depois do Concílio para toda a Igreja Católica, bem como, naturalmente, para vastos setores do catolicismo português. O designado “Terceiro Mundo”, envolto nas suas próprias idiossincrasias, procurou unir vozes e esforços na denúncia do colonialismo do regime português que, no crepúsculo do salazarismo, se encontrava cada vez mais isolado.

Assim, o texto de Edgar Silva, discorrendo sobre a internacionalização do problema das colónias portuguesas, destaca que o Estado Novo, em face da vaga descolonizadora, optou por resistir e mobilizar-se no sentido da defesa do “Império”. Por outro lado, os movimentos africanistas estruturaram-se e consolidaram-se em posições nacionalistas e dinâmicas anticoloniais. Simultaneamente, nas décadas de 50 e 60 do século XX, surgiram, em países ocidentais, diversos movimentos de carácter pacifista que denunciavam, entre outros, o regime português, sobretudo depois do início da guerra. Internacionalizava-se, deste modo, o problema das colónias portuguesas, enquanto de desencadeavam iniciativas para mobilizar as opiniões públicas contra a(s) guerra(s) colonial(is) de Portugal em África. O encontro de Paulo VI a 1 de julho de 1970 com os líderes dos movimentos de libertação que combatiam os portugueses ampliou significativamente o eco deste problema e encorajou os setores oposicionistas portugueses. Neste contexto, as designadas Conferências de Solidariedade analisadas neste texto representaram um marco no estabelecimento de convergências e o reforço de redes internacionais de solidariedade com os povos que combatiam pela sua independência.

Nos dois textos finais do dossiê vemos ser abordada, ainda que distintamente, a experiência vivida pela Igreja Católica em Moçambique, antes e depois da independência em 1975. João Miguel Almeida e Eugenio Enea, convocando diferentes protagonistas, abordam a problemática da atuação missionária católica no território moçambicano e as suas inelutáveis implicações com os regimes políticos instituídos.

Concretamente, o artigo de João Miguel Almeida sobre as *Mudanças e conflitos nos paradigmas missionários católicos no colonialismo tardio em Moçambique* tem

por objetivo «compreender as evoluções, clivagens e ruturas na Igreja católica em Moçambique face à prática colonial e aos projetos de descolonização» (p. 82). Analisando tais clivagens a partir daquilo que alguns teólogos denominam de «paradigmas missionários» (p. 82), o autor procura escalpelizar a transição de uma missão católica em África ancorada numa «utilidade imperial» à luz da função «civilizadora» associada ao nacionalismo português, para um outro tipo de paradigma missionário baseado nos conceitos de «desenvolvimento» ou de «libertação», emergente após a Segunda Guerra Mundial e caucionado pelo II Concílio do Vaticano. Assim, centrando a sua análise no hiato que intervala os anos de 1961 e 1974, por meio das diferentes posições de D. Sebastião Soares de Resende, D. Manuel Vieira Pinto, D. Custódio Alvim Pereira, D. Francisco Nunes Teixeira, ou ainda a ação de diferentes grupos missionários como os conhecidos Padres Brancos, os Padres de Burgos e os Padres do Macúti, o autor procura entender «os conflitos entre o Estado português e a Igreja Católica, e no interior da Igreja Católica, na perspetiva da crise do paradigma missionário católico, marcado não só pelas mudanças conciliares e pela resistência a esta mudança, mas também pela vontade de uma mudança mais radical do paradigma» (p. 95). João Miguel Almeida defende que a relação entre o catolicismo e a política em Moçambique no período do colonialismo tardio não se explica pela adesão a algum tipo de colaboração com as organizações políticas então emergentes. Para ao autor, esta problemática deverá ser antes equacionada em função das dinâmicas intestinas àquele universo «com a emergência de novas conceções teológicas que questionam o paradigma missionário vigente» (p. 96), uma vez que, em seu entender, «a vontade de conservar ou de mudar práticas e representações religiosas de um paradigma católico em crise teve implicações nas transformações sociais e políticas de Moçambique e no seu processo de independência» (p. 96).

Por sua vez, o texto de Eugenio Enea, tomando pulso aos relatos dos missionários Combonianos publicados na revista da congregação – *Nigrizia* – entre 1974-1976, procura compreender o modo como tais protagonistas abordaram a transição política pós-colonial, analisando os desafios enfrentados pela Igreja Católica nos países africanos recém-independentes. Focando a sua análise no período político vivido em Moçambique depois da Revolução dos Cravos, através dos artigos e entrevistas divulgados pelos Combonianos, o autor discorre sobre a problemática de como os missionários católicos e alguns dos políticos emergentes enquadravam a missão e a função social da Igreja no panorama de um novo país emergente em África e no que isso significava de um reajustamento das suas prioridades em linha com o princípio da evangelização. Em concreto, ao dar-nos a escutar as vozes de diferentes protagonistas, Eugenio Enea convida-nos a compreender o modo como os missionários Combonianos, entre esperanças e

lutas, não apenas mantinham informados os seus leitores da evolução dos acontecimentos em Moçambique depois da revolução, como procuravam explicar, por entre o sobressalto e o contratempo dos factos, as «razões do seu compromisso e o que significava ser missionário naquele contexto» (p. 101).

O presente volume inclui ainda três *Notas de Investigação* que ajudam a compreender quer as múltiplas interações entre igrejas e protagonistas eclesiais na África portuguesa, entre os episcopados autóctones e o da metrópole e entre estes e a Santa Sé, quer as relações entre estes e as autoridades políticas, locais e/ou do Governo português, quer ainda a efervescência de movimentos de reflexão e denúncia crítica, dentro do próprio presbiterado católico, e que têm como elemento detonador o confronto de uma nova consciência cívico-cristã-eclesial com a “situação” gerada pela guerra colonial e pela participação do clero na mesma.

Com efeito, o notório e crescente isolamento do episcopado nacional no contexto eclesial (como que à imagem do isolamento internacional do próprio regime) evidenciava a situação peculiar em que os bispos portugueses então se encontravam: entre a receção e implementação das propostas doutrinárias-pastorais conciliares e o apego a um dos principais tópicos do nacionalismo católico português – o Império Colonial inseparável da gesta missionária. Neste quadro, a nota de investigação de João Francisco Pereira dá conta das sucessivas diligências de Roma no sentido de elevar ao episcopado elementos do clero originários dos territórios africanos. O regime político, por sua vez, rejeitava essa possibilidade, temendo que o surgimento de um episcopado negro nas dioceses ultramarinas significasse não só a emergência de uma liderança religiosa, mas também política. Este texto permite, assim, perceber como o novo posicionamento da política externa do Vaticano teve também reflexos nas nomeações episcopais e embateu, mais uma vez, na resistência do regime português que, tenazmente, se opôs à nomeação de bispos negros para as dioceses do ultramar.

Com a nota de investigação intitulada *O «GRAI – Grupo Reflexão/Ação/Intervenção»: um modo «consciente, activo e interveniente» de servir a Igreja e a sociedade na transição democrática portuguesa*, Luís Leal faz eco de uma investigação em curso, tendo por base a documentação inédita respeitante àquele grupo de reflexão teológico-pastoral surgido em 1974 na diocese do Porto, na sequência da prisão de três presbíteros daquele clero diocesano que recusaram a participação como capelães militares na Guerra Colonial. Da contextualização e descrição sumária da documentação em presença, suas tipologias e conteúdos (aqui sumariamente apresentados), o autor propõe a abertura do espectro da reflexão em torno das múltiplas problemáticas (intra e extra eclesiais) a que os «Pólos de reflexão e acção-intervenção» (p. 189) deste Grupo apontam, demonstrando assim a validade e pertinência do exercício aqui proposto.

Finalmente, o texto de Madalena Meyer Resende ajuda a tornar claro como a política externa do Vaticano, no final da década de 60, mantinha uma perspectiva global da sua diplomacia, colocando-a acima das visões e eventuais interesses imediatos dos episcopados nacionais. Combinando uma agenda anticolonial e uma política de abertura em relação aos países da Europa de Leste, a Santa Sé abandonava a tradicional posição intransigente relativamente ao comunismo ateu, com o objetivo de estabilizar as relações com aqueles países, procurando espaços de presença e reconhecimento das igrejas locais. Retomando, sob outra perspetiva, o relativo isolamento invocado no texto de João Francisco Pereira, Madalena Meyer Resende mostra como os episcopados português e polaco terão convergido na crítica ou contestação a esta nova orientação romana, posição que se terá tornado patente no Sínodo dos Bispos sobre a Justiça no Mundo realizado em 1971.

Na secção de outros *Artigos*, encontramos, em primeiro lugar, o estudo de José Queiroz Ribeiro, intitulado *A Educação Moral Religiosa Católica nas Escolas do Estado: década de 70*, que se apresenta como uma «síntese das principais respostas que ao longo desta década de 1970 a Igreja Católica foi dando aos desafios colocados à inclusão e lecionação da disciplina de EMRC» (p. 126). Analisando, num primeiro momento, o contexto socio-ecclesial em que ocorre a reforma educativa de Veiga Simão e as posteriores orientações emanadas dos novos *Programas de Educação Moral e Religiosa* (1972) (cf. p. 129), o artigo, de cariz «testemunhal», concretiza as «respostas» da Igreja Católica, no período pós-25 de Abril de 1974, «aos principais desafios colocados» àquela disciplina: o seu enquadramento legal e dos seus agentes, a reforma das estruturas pastorais e a «transformação pedagógica» então promovida (p. 133).

No segundo texto desta secção, intitulado *Autoridades religiosas e mediasferas: reconfigurações na viragem do século XXI*, Alfredo Teixeira debruça-se sobre o problema das modernas mediasferas (ou «ecossistemas comunicativos» – p. 150) enquanto espaços hermenêuticos das mutações provocadas pela «explosão dos *mass media*» e pelo «desenvolvimento dos *social media*» (p. 150) e do impacto destes últimos «na remodelação de ortodoxias e ortopraxias» (p. 150) religiosas, assim como na (nova) «morfologia dos vínculos sociais» (p. 162). Assentando concetualmente a sua análise num tripé epistemológico situado entre o conceito Foucaultiano de “poder pastoral”, a «antropologia do Direito de Pierre Legendre» e a «antropologia do crer de Michel de Certeau», o autor propõe aqui como «laboratório de ensaio» o pontificado de João Paulo II (figura, viagens e discursos) como paradigmático deste esforço de «adequação das condições de crédito do discurso aos contextos da cena massmediática» (p. 153). Posteriormente, a sua atenção recai sobre o ciberespaço islâmico, valendo-se para tal de novo tríptico analítico. Mohammed Arkoun

dialoga aqui com Pierre Lévy e com Walter Ong, criando-se assim um «arquipélago teórico [que] pode ter uma particular eficácia interpretativa no terreno de observação do fenómeno de desinstitucionalização do discurso religioso no ciberespaço» (p. 160). Alfredo Teixeira termina o seu texto com algumas considerações finais, reafirmando o carácter embrionário deste seu ensaio.

Sumariamente apresentados os textos do presente volume, constata-se que a problemática em torno da Guerra Colonial, quando cruzada com outras dinâmicas de transformação na sociedade portuguesa – em particular com os processos de mudança interna ao catolicismo (sob o signo da preparação, realização e receção do II Concílio do Vaticano) – potenciam uma refocalização de toda a questão missionária que a historiografia *in fieri* há de consolidar.